

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República

A bancada do PSD foi surpreendida esta semana com notícias sobre o risco do país perder já em 2016 seis quadros fundamentais da pintora portuguesa Vieira da Silva, uma das nossas mais talentosas e marcantes artistas.

As seis obras, cedidas até final de 2015 pelos herdeiros do colecionador Jorge de Brito, estão em risco de sair do museu da pintora, em Lisboa, e vendidas, se não houver acordo com o Estado.

Na passada quarta-feira quando contactado pela agência Lusa, João de Brito, um dos herdeiros do colecionador, recordou que o acordo de cedência das seis obras à Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva (FASVS), válido por cinco anos, termina no final de dezembro de 2015.

O protocolo de cedência foi assinado em 2011, com o direito de compra por parte do Estado "por valores que ficaram definidos na altura", recordou o proprietário, que não precisou valores, mas poderão oscilar entre 400 mil e um milhão de euros, cada uma.

João de Brito indicou que, em julho deste ano, teve uma reunião com responsáveis da Secretaria de Estado da Cultura, na altura liderada por Jorge Barreto Xavier, a quem propôs, em alternativa à compra direta, um modelo diferente de aquisição.

Durante o curto mandato do XX Governo Constitucional foi ainda realizada uma reunião promovida pela Ministra da Cultura, Igualdade e Cidadania em que participaram o Presidente da FASVS e representantes da família de Jorge de Brito. Nessa reunião foi reiterada à família o interesse do Governo na manutenção das obras no país e na Fundação e, para que a solução proposta pela família, que consistia numa eventual permuta com um imóvel do Estado, pudesse ser avaliada, foi solicitada ao Dr. Manuel de Brito a ponderação por parte da família da prorrogação do Protocolo com o Estado, por prazo razoável e suficiente para a conclusão deste processo.

A informação sobre as diligências feitas pelo XX Governo Constitucional foi reportada pela MCIC em documento inserido na pasta de transição.

"Fizemos uma outra proposta porque temos consciência de que os quatro são importantes para a FASVS. Essa solução foi aceite, na altura", indicou João de Brito, sem que o processo tivesse sido concluído com a prematura queda do XX Governo Constitucional.

Questionado sobre os valores das obras, João de Brito escusou-se a precisar números, mas disse que foi feita uma média com base na avaliação de um valor mínimo e máximo de cada uma das seis pinturas de Vieira da Silva.

O proprietário indicou ainda à Lusa que há uma primeira reunião agendada para breve com o atual Ministério da Cultura, para falar sobre este acordo: "Se o Estado manifestar vontade de comprar ou aceitar o modelo alternativo, e tudo ficar definido até ao final do ano, desde que não ultrapasse muito esse prazo, podemos avaliar. Queremos saber é se há interesse e vontade", comentou.

Questionado sobre qual será o destino dos seis quadros de Vieira da Silva, no caso de não houver acordo com o Estado português ou a Fundação, João de Brito disse que as obras serão vendidas.

Também contactada pela Lusa, Marina Bairrão Ruivo, diretora do Museu Vieira da Silva, tutelado pela FASVS, onde se encontram depositadas as obras, confirmou que "estão em curso diversas diligências para encontrar uma solução".

"Seria muito importante garantir a continuidade das obras no museu", sublinhou, sobre a entidade que detém um acervo da pintora, e que se dedica, desde 1995, à divulgação da obra de Vieira da Silva (1908-1992) e do marido, também artista, Arpad Szénes (1897-1985).

Os herdeiros de Jorge de Brito (1927-2006) viram concluído, em julho de 2011, um polémico processo de encerramento da classificação de um conjunto de obras da pintora que se arrastou durante cinco anos, e que envolveu negociações com o Ministério da Cultura e a FASVS.

A Fundação Vieira da Silva foi criada em 1994 e, na altura, o colecionador Jorge de Brito - que reuniu uma das mais importantes coleções nacionais de arte da segunda metade do século XX - depositou ali 22 obras da pintora, a título de empréstimo.

A família contestou sempre o processo de classificação das obras pelo Estado, e acabou por retirar progressivamente todas as telas, até meados de 2011.

O arquivamento do processo de classificação, em julho de 2011, durante a tutela de Francisco José Viegas, como secretário de Estado da Cultura, levou a família Brito a decidir estabelecer outro acordo de cinco anos, para depositar novamente alguns quadros de Vieira da Silva na FASVS, com possibilidade de compra pela fundação ou pelo Estado.

Os herdeiros de Jorge de Brito realizaram em Paris, nesse ano, um leilão de obras do colecionador original, seu pai, tendo sido vendido um quadro de Vieira da Silva por 1,5 milhões de euros.

A Lusa contactou o Ministério da Cultura e a Direção-Geral do Património Cultural sobre esta

matéria, mas, não obteve qualquer resposta, o que leva a bancada do PSD a ter uma acrescida preocupação de que esta lesão no património artístico Português se materialize por incapacidade do atual Governo do Partido Socialista.

Assim, os Deputados do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis vêm requerer, através de V. Exa. ao Ministro da cultura, a seguinte informação:

1. Que medidas concretas tenciona o Ministério da Cultura adotar para impedir que o país venha a perder em breve seis telas de Vieira da Silva?
2. Quais as prioridades do Ministério da Cultura em matéria de aquisição de obras de pintura e escultura?
3. Que impacto estima que pode ter um Museu com o acervo da Fundação Vieira da Silva enquanto âncora da oferta cultural da cidade de Lisboa, numa altura em que o Turismo tem crescido numa capital que cada vez mais é procurada por estrangeiros que aqui contribuem para a criação de emprego e riqueza?
4. Que garantias pode dar o Ministério da Cultura de que o trabalho desenvolvido durante os XIX e XX Governos liderados por Pedro Passos Coelho tendentes à manutenção das obras em Portugal não seja desperdiçado por falta de sensibilidade artística?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 18 de Dezembro de 2015

Deputado(a)s

PEDRO PASSOS COELHO(PSD)

LUÍS MONTENEGRO(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)

JOSÉ PEDRO AGUIAR BRANCO(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)

NILZA DE SENA(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)